

LIMITES, DISCIPLINA/INDISCIPLINA E O PROCESSO DE APRENDIZAGEM. UMA RELAÇÃO CONTRADITÓRIA OU COMPLEMENTAR?

SALVI, Ana Cândida¹

RESUMO - A pesquisa tem como premissa algumas reflexões sobre a problemática da existência de limites, disciplina e indisciplina e sua relação com o processo de aprendizagem em sala de aula. Para tanto, alguns conceitos foram trazidos à tona, tais como: poder, limites, ideologia, aparelhos ideológicos de Estado, dominação, alienação e disciplina. Conceitos historicamente construídos.

Também a constatação de que tanto a escola como a sala de aula, são ambientes historicamente e ideologicamente construídos. Cabe ao corpo docente e às demais autoridades escolares, a tarefa de garantir que o arranjo social encetado no ambiente escolar não seja comprometido sob qualquer circunstância.

Professores e alunos devem obedecer a um determinado padrão comportamental, ético e moral, tido como ideal. A partir das imposições surgem na escola e mais propriamente na sala de aula relações como: limites e disciplina, limites e indisciplina e limites e aprendizado.

A existência dessas relações é um fato. Para que os professores possam trabalhar com as mesmas é necessário que adotem e pratiquem metodologias educacionais e comportamentais que privilegiem o aspecto afetivo de seu relacionamento com seus alunos; que os leve a reflexões sobre si e sobre a realidade à qual estão inseridos.

UNITERMOS: Limites. Disciplina. Aprendizagem. Mola afetiva. Escola

INTRODUÇÃO

A proposta desta pesquisa, tem como premissa estudar e procurar esclarecer como se verifica historicamente a correlação entre limites, disciplina e aprendizado no âmbito da sala de aula, no ambiente escolar.

Para tanto, é necessário que alguns conceitos sejam trazidos à tona para que essa correlação tenha significado, podendo o educador compreender a sua magnitude e, no seu dia a dia, procurar estar consciente do papel da escola e de seu papel como professor. Conceitos que também venham ajudá-lo a tentar resolver toda problemática que envolve limites, indisciplina e as dificuldades de aprendizado observadas entre seus alunos.

Os conceitos explicitados são incorporados, assumidos, interpretados e colocados em prática por dois tipos distintos de educadores; os quais são descritos como “educadores autoritários” e “educadores afetivos”. Verificar-se-á que esses educadores trabalham diferentemente com a questão de limites, disciplina e aprendizado tanto em sala de aula como em todo o ambiente escolar.

¹ Ana Cândida Salvi – Pedagoga, Psicopedagoga. Professora/Orientadora de Prática de Ensino da UNIOESTE – Foz do Iguaçu.
Correspondência: Av. Iguaçu, 1131. São Miguel do Iguaçu-Pr. CEP: 85877-000
E-mail: hannasalvi@hotmail.com

Limites são muralhas quase intransponíveis, dentro das quais os educandos são colocados com o propósito de obedecerem compulsoriamente um conjunto de normas comportamentais preestabelecidas.

A presença de autores que professam a teoria marxista não deve ser entendida como opção ideológica da pesquisadora. Esses autores e suas contribuições, pertinentes ao tema proposto, são alinhados durante o transcorrer dos capítulos e seus respectivos itens. Suas idéias e “pistas” são somadas à experiência da acadêmica e que nasceu da observação em sala de aula, principalmente durante realização de Estágio Supervisionado na área Institucional, realizado em 2001 e 2002.

Durante o transcorrer do texto, o objetivo de demonstrar que as noções e correlações entre limites, disciplina/indisciplina e aprendizado, construídas historicamente, podem ser aplicadas de maneira salutar no ambiente escolar. Isso acontecerá a partir do momento em que haja um comprometimento dos educadores e pais, por exemplo, no desenvolvimento do processo de aprendizado da autodisciplina na criança.

PODER E LIMITES, LIMITES E PODER

O conceito de poder

O poder moderno não é mais, essencialmente, uma instância repressiva e transcendente (o rei acima dos seus súditos, o Estado superior ao indivíduo), mas uma instância de controle, que envolve o indivíduo mais do que o domina abertamente. O sistema disciplinar, a que nos vemos submetidos até em nossa vida privada cresce, discreta, mas continuamente. Gérard Lebrun - filósofo francês radicado no Brasil

Para entender razoavelmente o que seja o poder, devemos levar em consideração que o poder, enquanto conceito até agora abstrato, inclui um elemento que lhe é fundamental, que lhe definirá em toda a sua plenitude e será utilizado no corpo teórico desta pesquisa como sendo também a própria definição de poder. Esse termo é “dominação”. De acordo com Max Weber , dominação é “a probabilidade de que uma ordem com um determinado conteúdo específico seja seguida por um dado grupo de pessoas”. (WEBER apud LEBRUN, 1981, p. 13). Dentro dessa conceituação, a dominação (poder) pressupõe um caráter não simétrico, coercitivo, não igualitário, hierárquico em uma dada relação social.

Seguindo a linha de raciocínio se percebe que para que alguém possa ter ou exercer poder, é imprescindível que outro ou outros não o possuam. O poder somente existe às custas de pessoas. Exemplo: um professor pode ser amigo de seus alunos, deixá-los chamá-lo de “você”, etc. Ainda assim ele detém o poder de aplicar-lhes provas e de conferir-lhes notas. Poder esse que os alunos não detém sobre ele.

É imprescindível, porém, que poder, dominação, não sejam entendidos tão somente como uma mera relação de subordinação, marcados unicamente pelo ato de proibir, pela repressão pura e

simples. O poder não é apenas limitador, não é apenas o “poder do não”, o poder do sargento sobre o recruta.

O poder tem uma outra faceta, tão importante como sutil. Ele produz e organiza certas forças que regem a sociedade. É, antes de qualquer coisa, a instância que leva o conjunto de uma sociedade a responder imediatamente a certas pedagogias disciplinares, como são o ensino e o exército, dentre outras. Há muito o poder deixou de ser a relação do tipo monarca x súdito. O poder é possuidor de mecanismos extremamente complexos e é necessário que tais mecanismos sejam compreendidos. No entender de LEBRUN (1981, p. 20):

[deixe-se então] de representar o poder como uma instância estranha ao corpo social, e de opor poder ao indivíduo. Afinal de contas, ainda é muito tranqüilizante interpretar o poder apenas como um puro limite imposto à liberdade. Representação que, além disso, é muito grosseira. Na verdade, encontramos as relações de poder funcionando em relações muito distintas na aparência: nos processos econômicos, nas relações de conhecimento, no intercuro sexual [...] de modo que, nos princípios das relações de poder, não existe, como matriz geral, uma oposição binária e global entre dominantes e dominados.

O que o autor ensina é que o poder não é um ser com vida própria ou alguma coisa que se adquire, se toma ou se divide, ou algo que se deixa escapar. Na verdade ele é “o nome atribuído a um conjunto de relações que formigam por toda a parte na espessura do corpo social (poder pedagógico, pátrio poder, poder do policial, poder do psicanalista, poder do padre, etc., etc.)”. (LEBRUN, p. 20).

Uma outra constatação que pode ser depreendida é que o poder “não deve sua existência às nossas promessas; longe disso, é ele, reconhecido há tanto tempo como uma fatalidade, que nos força a cumpri-las. Assim, há muito tempo que ‘ser cidadão’ = ‘ser obediente’”. (LEBRUN, p. 24). Tal constatação serve tanto para as sociedades como para as pessoas, individualmente. Os indivíduos são “educados”, desde a mais tenra infância, a aceitar a existência do poder, percebendo quase que unicamente as suas manifestações mais visíveis. O “não” dos pais restringe atitudes e ações dos filhos de maneira verbal, já a palmadinha na bunda é a demonstração cabal do uso da força nessa relação de poder e dominação no ambiente familiar.

Tais considerações são absolutamente pertinentes numa trajetória que segue em direção do que seja a questão de limites e a sua aplicação em sala de aula como uma manifestação inequívoca de determinado tipo de poder. Poder encetado dentro de um determinado aparelho ideológico, que vem a ser a escola.

A ideologia e a história

Ideologia é o processo pelo qual as idéias da classe dominante se tornam as idéias de todas as classes sociais; se tornam idéias dominantes. Karl Marx - filósofo alemão

Ideologia é um termo razoavelmente recente e que apareceu pela primeira vez em 1801 no livro de Destuty Ly Tracy, *Eléments d'Idéologie* (Elementos de Ideologia). O estudioso, juntamente com outros dois pesquisadores, tinha como objetivo “elaborar uma ciência da gênese das idéias, tratando-as como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente” (CHAUÍ, 1986, p. 22). Sinteticamente, os autores elaboraram uma teoria sobre “as faculdades sensíveis, responsáveis pela formação de todas as nossas idéias: querer (vontade), julgar (razão), sentir (percepção) e recordar (memória)”. (CHAUÍ, p. 22).

A ideologia nasce para fazer com que os homens creiam que suas vidas são o que são em decorrência da ação de certas entidades tais como a Natureza, os deuses ou Deus, a Razão ou a Ciência, a Sociedade ou o Estado. Tais entidades existem em si e por si e às quais é legítimo e legal que os homens se submetam. A ideologia cristaliza uma visão invertida do real. Faz com que no lugar dos dominantes apareçam idéias “verdadeiras” e que as idéias sejam a realidade e sejam autônomas, isto é, não dependam de ninguém. Assim, por exemplo, a família é representada como uma realidade natural, sagrada, eterna, moral e pedagógica e não como uma relação social, produto de determinada classe social e período histórico.

Um estudante em sala de aula nada mais é do que um fragmento real de uma dada família nessa mesma sala de aula. Nesse espaço que é a sala de aula esse estudante manifesta e reproduz as reais condições de existência de sua família seja ela burguesa, proletária ou pequeno-burguesa.

A história e a família.

O princípio da família não pode ser encontrado no afeto natural. O direito grego e romano, por exemplo, não levaram em consideração esse sentimento. Podia este realmente existir no âmago dos corações, porém para o direito nada representava. O pai podia amar muito sua filha mas não podia legar-lhe os seus bens.

Em *A origem da família, da propriedade privada e do estado*, de 1884, o estudioso alemão Friedrich Engels fez um notável relato da pré-história, recuando o aparecimento dos homens aos seus antepassados símios. Ensinou ENGELS (1984), que a forma social dos povos primitivos talvez fosse uma horda onde não havia a propriedade privada. Todos compartilhavam das ferramentas e dos alimentos de maneira comunal. Depois aprenderam a fazer o fogo, que foi uma evolução nas suas forças produtivas. Depois começaram a pescar, caçar com lança e fazerem melhores ferramentas de pedra lascada.

Há que se destacar que o termo “família”, em sua origem, está muito longe do idealismo – uma mistura de sentimentalismo e dissensões domésticas – tão característico da nossa época. A princípio, entre os romanos, não se aplicava sequer ao par dos cônjuges e seus filhos, mas tão somente aos escravos. “Famulus” quer dizer escravo doméstico e “família é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem”. (ENGELS, p. 61). Em Roma antiga a família – leia-se escravos -

era transmitida por testamento. A “expressão foi inventada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob o seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com o pátrio poder romano e o direito de vida e morte sobre todos eles”. (ENGELS, p. 61).

A família, descrita no parágrafo acima, assinalou a passagem para a monogamia. “Para assegurar a fidelidade da mulher e, por conseguinte, a paternidade dos filhos, aquela é entregue, sem reservas, ao poder do homem”. (ENGELS, p. 62). A família monogâmica passou a se caracterizar por uma solidez muito maior dos laços conjugais. A paternidade passou a ser indiscutível porque os filhos assumiram o papel de herdeiros diretos do dinheiro e propriedades do pai. Na nova ordem social, a infidelidade conjugal não podia ser tolerada. A mulher era vista, nesse estágio da história da família, como um mero agente reprodutor, útil para que a riqueza acumulada pelo homem pudesse ser transmitida aos seus descendentes diretos.

A idéia tradicional de que a família sofreria, a médio e longo prazos, uma desintegração já sofreu importantes revisões. O que se tem observado é que “ao invés de prosseguir encarando a família como um agente passivo, estudos históricos revelaram que o papel da família foi, na verdade, o de um agente ativo, promovendo mudança social e facilitando a adaptação dos seus membros a novas condições sociais e econômicas”. (HAREVEN, 1984, p. 5).

A família também é uma realidade (idéia) pedagógica. É pedagógica porque é nela que se inicialmente se aprendem e se reproduzem as regras e os limites de convivência entre os homens, o amor dos pais pelos filhos, o respeito e o temor dos filhos pelos pais. A família é o primeiro espaço social onde se aprende sobre a existência da disciplina.

A ideologia e a escola.

A escola, enquanto instituição destinada ao repasse do saber, foi estruturada através dos séculos como um produto de cada época específica. Produto de determinada ideologia que se tornou dominante. Não é propósito desta pesquisa historiar os fatores que condicionaram o surgimento e o aperfeiçoamento da instituição escolar até a atualidade. Da-se um imenso salto até o ponto da afirmação de que a moderna concepção de escola remonta suas origens no século XIX, quando a expansão da técnica e a ampliação da divisão do trabalho, com o desenvolvimento do capitalismo, levaram à necessidade da universalização do saber ler, escrever e contar. A educação deixou de ser vista meramente como uma ocupação ociosa e sim como um espaço ideológico de homens utilizáveis e adaptáveis.

Para a concepção deste item o alinhamento teórico adotado é baseado nas ponderações de Louis Althusser e que estão contidas em seu *Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado*, escrito originalmente em 1970, na França.

Em suas reflexões, Althusser aprofundou e propõe sugestões para certas questões levantadas pela teoria marxista, notadamente ao que se refere à relação existente entre ideologia e

instituições. Tendo como base essas duas referências, Althusser definiu o que sejam os “aparelhos ideológicos de Estado”, a partir do conceito de “sujeição”, entendida como o mecanismo pelo qual a ideologia leva o agente social a reconhecer o seu lugar. Na verdade um mecanismo de duplo efeito : “o agente se reconhece como sujeito e se sujeita a um Sujeito Absoluto. Em cada ideologia o lugar do sujeito é ocupado por entidades abstratas, Deus, a Humanidade, o Capital, a Nação, etc., as quais, embora específicas em cada uma, são perfeitamente equivalentes nos mecanismos da ideologia em geral”. (ALTHUSSER, 2001, p. 8).

A sujeição não se encontra presente unicamente no campo das idéias, ela se materializa como prática, através de rituais levados a efeito por um conjunto de instituições concretas. Apesar de distintas, essas instituições teriam a capacidade de sujeitar os agentes sociais ao seu alcance a uma ideologia dominante. Ao conjunto de instituições Althusser denominou de Aparelhos Ideológicos de Estado.

Com o advento do capitalismo, a burguesia assumiu muitos dos papéis políticos e ideológicos antes reservados à Igreja. O mais importante deles foi a função escolar. Passou também a controlar o aparelho ideológico de Estado político, fundamentado na democracia-parlamentar. Ao assumir a hegemonia política e ideológica dentro do sistema capitalista, principalmente a partir do século XIX, a burguesia passou a utilizar o aparelho ideológico de Estado escolar como local adequado para a reprodução de suas relações sociais e de produção.

A escola reflete as condições sociais, econômicas e ideológicas que são dominantes na sociedade. Uma espécie de microcosmo das condições sociais hegemônicas. No espaço ideológico da escola se procede à inculcação, ou seja, a sugestão, a persuasão, do modelo ideológico vigente. E a persuasão não se dá unicamente pelo discurso, mas também através da prática cotidiana dos conhecidíssimos exercícios escolares, onde a nota equivale ao salário, como recompensa pelo trabalho realizado. Da mesma maneira que o mercado de trabalho é regulado pela competição, no interior da escola ela é cultuada nos sistemas de promoção seletiva.

O aluno é obrigado a estar na escola e é livre para decidir se quer ou não ter êxito, como o indivíduo é livre ante o mercado de trabalho. As práticas do ritualismo escolar, deveres, disciplinas, punições e recompensas, constituem o universo pedagógico.

OS LIMITES E SUAS IMPLICAÇÕES

As reflexões mencionadas guiaram o entendimento para um “norte”, qual seja: tanto o professor como os seus alunos fazem parte de um mesmo sistema social, político, moral, econômico e educacional. Sendo integrantes de um mesmo sistema, são afetados em graus diferenciados pela ideologia que nele se fez dominante e que se impõe sobre as demais.

Desde bem cedo, na educação de seus filhos e educandos, mesmo os pais e professores mais preparados se deparam com a questão da colocação de determinados limites, restrições. Para tanto, muitas vezes ficam angustiados e inseguros, preocupados em agir da melhor maneira possível.

Nesse sentido, pais e professores encontram verdadeiros dilemas. Como educar quanto ao certo e ao errado? Proibir? Castigar? Como colocar limites nas crianças? E porquê?

Parte-se do princípio de que tanto os pais como professores precisam ter coerência ao educar filhos e alunos. Também necessitam manter suas decisões e atitudes. No caso mais específico dos educadores, eles ainda sofrem a pressão cotidiana de seus colegas de profissão, da escola, dos pais e da coletividade em que estão inseridos como agentes de mudança social.

Ressalte-se inicialmente que a colocação de limites se inicia cedo e tem como primeiro elemento cultural a família. Ao nascer a criança inicia seu processo de individualização. Um processo que irá prolongando para toda a sua vida.

Até alguns anos atrás – e não décadas - a questão da imposição ou não de “limites” às crianças não era sequer discutida. Era fato consumado, produto do próprio momento histórico. Criança tinha que aprender e aos adultos caberia a tarefa de ensiná-las. Ensinamentos que - aliás um imenso repertório - passavam pela relação formalizada criança-pais, criança-adultos, criança-colegas, dentre outros. Às crianças era ensinado que determinados “limites” tinham que ser estritamente respeitados e que a ultrapassagem ou quebra dos mesmos era desrespeitosa pois transgredia as regras de boa convivência no ambiente do lar, escola ou coletividade. O desrespeito a esses limites tinha como contrapartida, de parte dos adultos pais ou professores, com total e irrestrita anuência da comunidade, determinados tipos de castigos, alguns dos quais de natureza física.

Durante as últimas décadas do século XX, com o desenvolvimento das relações humanas e educacionais no seio das chamadas sociedades modernas ocidentais, veio à tona a idéia de que também as crianças necessitavam de respeito em todos os seus ambientes de sociabilidade, notadamente aqueles representados pelo lar e pela escola. A aceitação da nova realidade tornou o relacionamento adulto-criança mais democrático, menos autoritário.

Todavia, no bojo da fase de liberação às vontades infantis, muitos pais e professores ficaram “perdidos” quanto à maneira pela qual deveriam tratar/orientar filhos e educandos. O próprio ambiente escolar sentia na pele a mudança comportamental. Assim, o alargamento ou mesmo supressão de determinados limites acarretou conseqüências nada agradáveis e tornou o relacionamento adultos/crianças bastante contraditório e complexo.

Limites como molas afetivas.

Limite pode ser entendido como uma espécie de mola afetiva do desenvolvimento de qualquer ser humano, possibilitando-o a “ampliar os horizontes, ter êxito no que era antes impossível,

compreender coisas antes inexistentes ou misteriosas, impor a própria individualidade; numa palavra, transpor limites”. (LA TAILLE, p. 13-14).

Num primeiro momento, tomando como base tal definição, onde limite é entendido como um marco a ser suplantado, uma espécie de linha essencial, uma fronteira entre territórios distintos, a educação terá também como missão, além do questionável fato de mostrar aos educandos a existência de determinados limites, ajudá-lo a transpô-los seja emocionalmente, seja cognitivamente.⁹

Os educandos trazem para a sala de aula, de seu meio social, alguns conhecimentos espontâneos. A missão do educador é tentar fazer que cada passo da aprendizagem seja significativo para o educando. Que mais um limite foi ultrapassado. Porém, o educador deve ter o cuidado de, ao aplicar essa pedagogia, não esconder do aluno, da criança, o mundo adulto. Sob esse aspecto, o professor não deve “deixar a cultura tal como ela é do lado de fora da sala de aula [...] fazê-lo equivaleria a reforçar os limites que as separam [as crianças] deste mundo, em vez de encorajá-las a aventurar-se para além deles”. (LA TAILLE, p. 29).

Limites como fronteiras.

Num segundo momento os limites devem ser entendidos como fronteiras a serem respeitadas, portanto não transpostas. É uma questão fundamental para a moralidade.

O que se coloca é o termo “limite” em seu sentido restritivo. Assim sendo, se opõem ao conceito de “liberdade” à medida que ele é construído arbitrariamente, é normativo. Não se deve enfrentar um urso com as mãos limpas. A força humana é limitada em relação a força do urso e o resultado seria óbvio. Porém, porque não se pode dirigir a duzentos quilômetros horários numa estrada se o veículo em questão atinge tranqüilamente tal velocidade? A resposta imediata seria a de que as leis de trânsito estariam sendo desrespeitadas. Nesse sentido, os limites são determinados pelas leis existentes. Surgem daí dois tipos de limites: limites físicos (dimensão do impossível) e limites normativos (dimensão do proibido).

Os limites normativos tiveram o seu desenvolvimento através da história. Num primeiro momento foram criados para reprimir os instintos anti-sociais básicos e primitivos do homem, e para que ele pudesse viver em sociedade foi necessário que sua liberdade total fosse cerceada. Os “Dez Mandamentos” de Moisés são um bom exemplo de restrição à liberdade individual de se fazer o que quiser. Portanto, “a colocação de limites, no sentido restritivo do termo, faz parte da educação, do processo civilizador e, portanto, a ausência total dessa prática pode gerar uma crise de valores, uma volta ao estado selvagem em que vale a lei do mais forte [...] é preciso ainda saber que ações os

⁹ A chamada dimensão cognitiva é constituída pelos conteúdos do conhecimento, da memória, do pensamento abstrato, dos processos mentais e da capacidade de julgamento. Já a dimensão afetiva ou emocional inclui nossas emoções e as sensações básicas e instintivas.

homens aceitam normatizar em nome da cultura [...] o conceito de 'individualismo' está no centro desse debate". (LA TAILLE, p. 53).

É aceitável que a vigência dos chamados limites restritivos é legitimada a partir do instante em que eles sejam pensados em relação ao bem-estar dos indivíduos e do bem-estar dos demais membros da coletividade. A propalada individualidade, caso seja levada aos seus limites extremos, pode despencar numa espécie de crise moral onde cada um pode querer viver na ausência de valores e regras. Um reforço ao egoísmo, um descaso à sociedade, dentre outros. Diante de tais premissas, não é de se estranhar que um bom número de pessoas vem pregando com maior intensidade a vigência de regras cada vez mais específicas para regular a ação dos indivíduos. A conclusão é que a abordagem do tema dos limites restritivos é polêmica, pois pode ser utilizada por correntes pseudo-moralistas de toda espécie como também pode ser usada para justificar a vigência ou o retorno de práticas autoritárias, notadamente na educação.

No ambiente escolar, na sala de aula, os limites devem existir sobre as ações dos educandos e nunca sobre os seus sentimentos. Seria o clímax do autoritarismo o professor querer normatizar, criar regras objetivas, sobre a afetividade de seus alunos.

Limites e a individualidade.

Finalmente, pode-se vislumbrar limites como espécies de fronteiras que a criança deve necessariamente erigir com o intuito de proteger a sua individualidade e também privacidade.

A privacidade é tema atual. Contemporaneamente os seres humanos, principalmente nas sociedades mais industrializadas, são alvo de toda espécie de investigação. A ingerência no campo da privacidade deve ter um determinado limite, embora seja de conhecimento de que qualquer tipo de relacionamento social pressuponha saberem-se coisas uns sobre os outros.

No caso específico da escola a privacidade do aluno é rompida em quase todos os níveis. O educando é constantemente vigiado, tem toda a sua intimidade exposta no ambiente escolar. Suas ações mais recônditas são agora objeto de filmagens. Câmaras de vídeo são posicionadas em vários pontos da escola com o intuito oficial de coibir-se a violência que, vinda das ruas, invade as escolas. Em sala de aula, sentado em sua cadeira, o aluno fica à mercê dos olhos vigilantes do professor, que tudo vêem. Assim, "o número de exames de todo o tipo a que as crianças são hoje submetidas mostra como achamos natural 'saber tudo sobre elas' e, mais ainda, como pensamos que, sem esse conhecimento, não podemos nem ensinar nem disciplinar". (LA TAILLE, p. 118).

Os adultos têm uma certa capacidade ou livre arbítrio para tentar se esquivar da invasão de privacidade. Tal não acontece com as crianças. Na escola, por exemplo, no sistema da disciplina, a criança é muito mais individualizada que o adulto. Muitas vezes, por recomendação da própria instituição escolar o aluno é levado para especialistas, os quais irão examiná-las corporal e emocionalmente. Se, antigamente, o aluno recebia a palmatória como castigo, hoje ele é levado ao

psicólogo, ao psicopedagogo, que deverão ajudá-lo a compreender e superar determinadas dificuldades de aprendizado ou disciplinares.

Para a moderna prática didática o que mais interessa é o aluno se comunicar, trocar experiências, se expressar. É uma exigência da moderna escola. O isolamento, o “ficar no seu canto”, não é mais aceito e é visto como problema comportamental. Reserva e solidão são castigos aplicados pelos pais. Castigos do tipo: “você me desobedeceu! Vá para o seu quarto e só saia de lá quando eu mandar!”. Então, “Pobre do aluno que prefere ficar quieto, que fala pouco! Pobre do aluno que se recusa a fazer redações em que deve falar ‘de sua vida’, de ‘sua família’, de ‘seu bairro’! Finalmente, pobre do aluno que prefere ficar só: além de seu isolamento rapidamente ser identificado com ‘algum problema de relacionamento’, ele terá poucas chances de realmente ficar só”. (LA TAILLE, p. 122).

É diante dessa base tripartite, que a relação limites e indisciplina e a relação indisciplina e deficiência de aprendizado merecem contemplação.

O professor diante da relação disciplina / indisciplina. Como lidar com ela?

Pode a escola resolver as situações enfrentadas por todo o contingente escolar através da disciplina? Mas o que é disciplina? É exterior, é interior? Acontece em todos os meios? É necessária para se adquirir conhecimentos? Para resolver a personalidade? Formar o caráter? Ou é amestradora, domesticadora, usada para desqualificar os indivíduos e/ou torná-los submissos?. (D’ANTOLA, 1989, p. 29)

O texto já vislumbrou a questão dos limites, do poder, da ideologia, do trabalho, da educação, da escola, da sala de aula, do professor, do aluno, da disciplina e da indisciplina sob sua perspectiva teórica e filosófica. Os questionamentos e as reflexões que foram feitos não devem ser entendidos unicamente, meramente, como um exercício cognitivo, inserido no corpo da pesquisa ao bel-prazer da pesquisadora. Longe disso, as reflexões até então encaminhadas são fundamentais para que haja um posicionamento crítico e, conseqüentemente, uma melhor compreensão da realidade encontrada no ambiente escolar e, por extensão, uma compreensão da realidade social maior à qual todos estamos inseridos como agentes sociais transformadores.

Se as reflexões teóricas e conceituais são relevantes à medida em que fornecem os alicerces para o bom andamento metodológico da pesquisa, também o é a prática observada no dia a dia de professores e alunos. É no ambiente escolar, na sala de aula, que essas reflexões ganham contornos mais nítidos, ganham vida, interferem, chamam a atenção.

Sobre a conceituação da “disciplina”.

De origem latina o termo disciplina é marcado pela sua polissemia. Além de designar um ramo do conhecimento ou matéria de estudo, também tem se revestido, ao longo dos séculos, de diversas roupagens ou significações, dentre as quais, mais modernamente, sobressaem: direção moral ou regra de conduta (e sua obediência) destinada ao prevalecimento da ordem numa coletividade

qualquer. O termo indisciplina está intimamente relacionado com o de disciplina, pois geralmente passa a ser definido como sua contestação, negação ou ausência.

Disciplina é um termo bastante genérico. Porém, quando ele diz respeito ao ambiente escolar, geralmente ele sofre uma redução conceitual e passa a ser entendido meramente como indisciplina, “do aluno e à punição deste no sentido de contê-lo para torná-lo obediente, passivo, restaurando a tão propalada disciplina, que neste caso, significa a manutenção da ordem estabelecida”. (D’ANTOLA, p. 30).

No âmbito formal da educação, a chamada disciplina escolar “é um conjunto de regras que devem ser obedecidas tanto pelos professores quanto pelos alunos para que o aprendizado escolar tenha êxito. Portanto é uma qualidade de relacionamento humano entre o corpo docente e os alunos em uma sala de aula e, conseqüentemente, na escola”. (TIBA, 2001, p. 117).

A indisciplina propriamente dita é uma faca com dois gumes. De um lado ela é responsável e produz efeitos negativos sobre os educandos, notadamente no que se refere ao seu grau de sociabilização e ao seu rendimento escolar, ao seu aprendizado. Concomitantemente, a indisciplina também age sobre os educadores, produzindo, igualmente, efeitos negativos.

A nível prático, uma maneira pela qual o educador pode lidar com a questão da disciplina/indisciplina em sala de aula é ajudar o aluno a superar os rótulos em que é enquadrado. Discutir com o aluno, dentro de seus parâmetros de compreensão, e com ele questionar as condições históricas que levaram a sociedade a construir determinadas ideologias, dentre as quais a que insiste em excluí-lo de certas decisões sobre o mundo real. Ao agir assim, o professor exerce verdadeiramente o seu papel de educador e de cidadão capaz e responsável pela promoção de mudanças no tecido social em que está inserido.

O professor lida com a relação disciplina/indisciplina conversando francamente com os seus alunos, mostrando à eles de maneira sensata, os limites existentes no relacionamento que se faz presente entre eles. O professor deve levá-los a compreender o que é a escola – não a visão idealista do que seja ou deva ser a escola - e qual o papel que esta lhes reserva para o aprimoramento de sua bagagem cognitiva e afetiva. O que deve estar presente no relacionamento professor e aluno é a afetividade.

A construção de uma disciplina positiva, através dos limites da afetividade .

O pressuposto é de que a escola, na qualidade de instituição formal de ensino, deve repassar à sua clientela não somente a chamada educação cognitiva, mas deve também trabalhar no desenvolvimento do potencial afetivo dos alunos que a freqüentam. Mesmo porque a escola tem como missão institucional o desenvolvimento integral da personalidade humana. O ser humano é potencialmente apto para desenvolver diversas aptidões, sejam elas a nível cognitivo como a nível afetivo. E uma das potencialidades referidas é a afetividade, cuja gênese pode ser encontrada no

ambiente do lar, no ambiente familiar, e está intrinsecamente associada à percepção da relação de poder, da existência de limites.

Construindo e permanentemente reforçando no ambiente escolar essa educação afetiva, dita positiva, o professor constrói um relacionamento marcado pela presença da disciplina, a qual também pode ser chamada de positiva. Disciplina que é marcada pela empatia, respeito mútuo, entre educador e educando, onde cada um conhece e compreende o porquê da existência de certos limites na escola, na sala de aula, no mundo que os cerca.

A sala de aula é um local, espaço físico e social, onde se manifestam vários sentimentos e emoções, sejam eles considerados bons, positivos, ou ruins.

Para que o relacionamento afetivo ocorra de maneira promissora é importante que o educador esteja pessoalmente integrado e satisfeito com tal doutrina educacional. Necessita, além disso, estar satisfeito com a sua profissão, com o papel que exerce na sociedade. Um professor insatisfeito profissionalmente é um verdadeiro aniquilador de tudo de bom que existe no ambiente escolar. Como um fracassado profissional o professor vai adotar a postura de criticar tudo e a todos. Para ele, por exemplo, as crianças são todas retardadas e degeneradas. MARCHAND (1985, p. 34), alerta que é “incrível o número de anormais que ele descobre em sua classe, quando não pode alcançar os resultados que alimentariam sua vaidade. Concretizará todos os seus rancores, aliás, na maneira de avaliar os alunos. As notas baixas serão numerosas, e o professor não se dará conta nem de longe, de que ele é o responsável pelas más notas que atribui a um exercício que suas explicações ou seu trabalho profissional não conseguiram tornar positivo”.

Ao descarregar à sua clientela toda a sua insatisfação, o educador, insatisfeito e egoísta, não percebe o tamanho do mal que está causando aos seus alunos, em primeiro lugar, e também aos seus colegas de profissão.

Aos estudantes, as reações afetivas desfavoráveis surgem no cotidiano escolar na forma explícita de indisciplina, contrariando as regras vigentes, ou virão à tona mais tarde, quando as sensações de respeito convencional que os alunos eram obrigados a ter em sala de aula são transformadas em indiferença ou desprezo por seus antigos e insatisfeitos educadores.

Para Piaget, aprender é agir e, por isso, cabe ao educador colocar os alunos diante de situações mais variadas, para que eles mesmos vão ao encontro de soluções e assim construam o seu conhecimento. Piaget também observou que o desenvolvimento mental da criança passa por diversas etapas e, a cada uma delas, deve corresponder o ensino de determinados conteúdos. Para Piaget cabe ao educador, além de transmitir os conteúdos formais, a tarefa de estimular o diálogo e o pensamento crítico diante da realidade que lhes é aparente. Destacou, assim a validade do desenvolvimento afetivo, “ressaltando que o aspecto cognitivo das condutas consiste na sua estruturação e o aspecto afetivo na sua energética. Para o suíço esses dois aspectos são, ao mesmo tempo, irredutíveis, indissociáveis e complementares”. (PIAGET apud SANTIN, p. 20).

Para o professor autoritário não existe o diálogo com seus alunos. É ele quem escolhe as tarefas a serem cumpridas em sala de aula. É ele, somente ele, quem define os objetivos a serem cumpridos. Os limites e a disciplina por ele impostos – com maior ou menor grau de eficácia - mantém o aprendizado numa vala rasa sem quaisquer espaços para contestação. A indisciplina é para os alunos quase que como uma válvula de escape para o cotidiano que os sufoca, à medida em que o professor autoritário assume as regras integralmente. Ele “estabelece o que deve ser pensado e o que deve ser feito. E isso, em todos os setores, e com problemas de distinta importância: desde o comprimento das saias até as definições morais ou de conteúdo político”. (NIDELCOFF, 1985, p. 25).

Nidelcoff fala em afeto, de afetividade, de educação afetiva por extensão – a verdadeira construtora da disciplina positiva, aquela que redefine os conceitos tradicionais e fronteiras dos limites preexistentes no ambiente escolar.

Exemplos a serem oferecidos podem ser o das artes dramáticas (teatro), a pintura, a poesia e o cinema, dentre outros. O educador deve ter sempre em mente que todas as disciplinas oferecem grandes possibilidades para que sejam oferecidas aos seus alunos boas doses de aprendizagem afetiva, aprendizagem emocional.

Para que a aprendizagem afetiva possa alcançar os objetivos a que se propõe - sendo o de interesse imediato desta pesquisa a construção de uma disciplina que seja positiva e calcada em limites plausíveis de serem compreendidos pelos educandos - alguns pré-requisitos deverão ser observados com atenção por parte do educador; quais sejam: o educador deve estar preparado, suscetível, à aprendizagem afetiva; ele deve vivenciar os ideais, os valores e as atitudes que pretende semear em seus alunos; também deve dar chances para que os seus alunos manifestem livremente as suas reações afetivas positivas.

Quando os conteúdos da aprendizagem afetiva são repassados pelo professor, os procedimentos adotados não devem ser aqueles comumente usados nas chamadas aulas formais. Assim, a discussão simples e natural, através da conversação direta ainda é a técnica mais eficiente, respeitando-se a individualidade afetiva de cada aluno. É pela observação direta da conduta do aluno em certas situações dirigidas – de acordo ou não com os seus valores ou ideais – que o professor poderá mensurá-los individualmente.

CONCLUSÃO

A escola e a sala de aula, professores e alunos, ganharam uma nova significação. A escola e a sala de aula passaram a ser entendidos como ambientes historicamente construídos – retratos fiéis de uma dada época - para que as relações sociais ditadas pelas elites dominantes fossem e sejam formalmente reproduzidas e perpetuadas. Finalmente os alunos então disciplinados para que se transformem em “cidadãos-modelos”, cumpridores de suas obrigações, dentro e fora da escola. Disciplinados para que sejam portadores de padrões de comportamento (moral, ética, sexualidade)

tidos como adequados pelo conjunto da sociedade. Os professores e outras autoridades hierarquicamente colocadas na escola, vigiam-nos constantemente e lhes impõe limites. A partir de então ficam estabelecidas relações, tais como: limites e disciplina, limites e indisciplina, limites e aprendizado.

Tais relações existem, fato que se comprova quotidianamente nas salas de aula, nas escolas. Para que os educadores possam lidar razoavelmente com as mesmas é imperativo que adotem metodologias educacionais e comportamentais que privilegiem o aspecto afetivo de seu relacionamento com seus alunos. Que leve seus alunos a reflexões sobre si e sobre a realidade à qual estão inseridos.

Existe a disciplina mas ela deve ser positiva, não coercitiva. Ela é mantida pela presença de certos limites e os mesmos mantêm a disciplina. Assim, “construir limites na educação de nossos filhos, nossos alunos, é, portanto, compartilhar, interagir, verbalizar, argumentar sem perder o papel de autoridade [positiva] que já possui um conhecimento mais amplo e que tem por obrigação garantir um importantíssimo direito humano: o direito de ter limites!”. (OLIVEIRA, 1998, p. 43).

ABSTRACT

LIMITS, DISCIPLINE / INDISCIPLINA IN LEARNING PROCESS.
A RELATIONSHIP CONTRADITÓRIA OR COMPLEMENTARY?

The search is the premise of some thoughts about the problem of the existence of limits, discipline and indiscipline and its relation with the process of learning in the classroom. Thus, some concepts have been brought to light, such as: power, limits, ideology, ideological apparatus of state, domination, alienation and discipline. Concepts historically constructed.

Also, the finding that both the school as a classroom, environments are historically and ideologically constructed. The faculty and other school authorities, the task of ensuring that the social arrangement begun in the school environment is not compromised under any circumstance.

Teachers and students must conform to a particular standard behavioural, ethical and moral, considered ideal. The charges arise from the school and more properly in class relations as: limits and discipline, indiscipline and limits and limits and learning.

The existence of these relations is a fact. For that teachers can work with them we need to adopt and practise educational and behavioral approaches to prefer the affective aspect of their relationship with their students, which leads to thoughts about themselves and about the reality to which they are inserted.

KEYWORDS: Limits. Discipline. Learning. Mola affective. School

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

- ALBARNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo : Brasiliense, 1986.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. 8ed. Rio de Janeiro : Edições Graal, 2001.**
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 21 ed. São Paulo : Brasiliense, 1986.
- COELHO, Teixeira. **O que é indústria cultural**. 3 ed. São Paulo : Brasiliense, 1981.
- CLOUD, Henry e TOWNSEND, John. **Limites. Quando dizer sim, quando dizer não. Assumindo o controle de sua vida**. 2 ed. São Paulo : Editora Vida, 1999.
- D'ANTOLA, Arlette (org.). **Disciplina na escola: autoridade versus autoritarismo**. São Paulo : Editora Pedagógica Universitária, 1989.
- DE DECCA, Edgar Salvadori. **O silêncio dos vencidos**. 3 ed. São Paulo : Brasiliense, 1986.
- DEMO, Pedro. **Conhecer & aprender. Sabedoria dos limites e desafios**. Porto Alegre : Artes Médicas Sul, 2000.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9 ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1984.
- ESTRELA, Maria Teresa. **Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na escola**. 3 ed. Porto Alegre : Porto Editora, 1992.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis : Vozes, 1977.
- FREITAS, René. **Apontamentos sobre a criança**. Petrópolis : Vozes, 1998.
- GONÇALVES, Sebastião Rodrigues. **O estado burguês na visão de Marx**. Cascavel : ASSOESTE, 1999.
- IGLÉSIAS, Francisco. **A industrialização brasileira**. São Paulo : Brasiliense, 1985.
- LA TAILLE, Yves de. **Limites: três dimensões educacionais**. 3 ed. São Paulo : Ática, 2001.
- LEBRUN, Gérard. **O que é poder**. 2 ed. São Paulo : Brasiliense, 1981.
- MARCHAND, Max. **A afetividade do educador**. 3. ed. São Paulo : Summus, 1985.
- NIDELCOFF, María Teresa. **Uma escola para o povo**. 23 ed. São Paulo : Brasiliense, 1985.
- SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 9 ed. São Paulo : Cortez Editora, 1989.
- OLIVEIRA, Doracilde Naomi Noguti de. **A falta de limites dos alunos do Ensino Fundamental em ambiente escolar**. Toledo, 1998. Monografia (Especialista em Psicopedagogia) – Centro de Ensino Universitário de Toledo.
- TIBA, Içami. **Disciplina, Limite na medida certa**. 43 ed. São Paulo : Editora Gente, 2001.
- ZAGURY, Tania. **Limites sem traumas**. 20 ed. São Paulo : Record, 2001.